

Estados terão dívidas refinanciadas

A equipe econômica do governo prepara uma solução para a dívida mobiliária (em títulos) dos Estados, hoje de cerca de R\$ 50 bilhões. Essa é, segundo os técnicos, a última grande pendência antes da reorganização total das finanças públicas após a estabilização econômica. O Tesouro Nacional poderá absorver essas dívidas, refinanciando-as em um prazo mais longo e com taxas de juros mais baixas. Uma hipótese seria uma rolagem em 30 anos, com os Estados pagando ao Tesouro juros de 6% mais a variação cambial.

O problema é que os governadores resistem a assumir qualquer solução, porque muitos Estados não estão pagando essa dívida. Desde 1994, o Senado tem permitido a rolagem integral desses débitos.

A área econômica do Governo Federal quer evitar que o problema continue sem solução. "Não queremos dar alívio para a dívida dos Estados, nem perdoar nada, queremos que sejam quitadas, ou com a venda de ativos ou por meio de um refinanciamento possível de ser pago", disse o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola.

Para incentivar os Estados a assumirem o pagamento de suas dívidas mobiliárias, o governo chegou a pensar em atrelar esses débitos ao socorro aos bancos estaduais. Loyola informou,

porém, que as duas questões serão tratadas separadamente. "Os estudos sobre a dívida mobiliária estão mais incipientes do que os dos bancos", disse ele.

Pressão - Os Estados poderão ser pressionados de outra forma, segundo um técnico do Ministério da Fazenda. "O Banco Mundial não quer mais emprestar dinheiro aos Estados que não tiveram solucionado o problema da dívida mobiliária", disse. Da mesma forma, os Estados poderão ter dificuldades em obter empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). "E interesse dos bancos que os mutuários - no caso, os Estados - tenham as finanças em ordem, porque isso dá mais segurança na hora de conceder o empréstimo", explicou o técnico.

Os prazos de pagamento e as taxas de juros a serem cobrados dos Estados quando o Tesouro assumir a dívida ainda serão definidos. Quanto mais curto for o prazo do empréstimo, menores as taxas.

O Estado mais endividado em títulos, segundo dados do Banco Central, em maio, é São Paulo, com R\$ 17 bilhões. Em seguida, vem Minas Gerais, com R\$ 7 bilhões; Rio Grande do Sul, com R\$ 6 bilhões; Rio de Janeiro, com R\$ 5 bilhões; e o município de São Paulo, com R\$ 4,5 bilhões.

***Tesouro poderá
fazer rolagem
por 30 anos com
juros de 6% mais
variação cambial***